

Estudo indica “elevada dependência do sistema energético português de combustíveis fósseis”

5 de Junho, 2019

Os resultados preliminares de um estudo sobre a “Estratégia Energética para salvar rios” foram apresentados na manhã desta terça-feira. A investigação, levada a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT Nova), insere-se no projeto Rede Douro Vivo e iniciou-se em fevereiro do ano passado, estando previsto terminar no final de 2019.

João Joanaz explicou à Ambiente Magazine.pt que os rios estão sujeitos a grandes ameaças como a construção de grandes barragens, a extração de água e, até, a poluição. Num contexto de alterações climáticas, o docente da FCT Nova alerta que haverá “menos disponibilidade de água” e “maior variabilidade”, sendo fundamental “apostar em paradigmas diferentes” para o setor da energia. A prioridade passa pela eficiência energética e, nesta vertente, “há muito conhecimento” mas que “não está a ser utilizado”. Seguindo esta linha, o foco deste trabalho, segundo João Joanaz, é perceber “como podemos montar esquemas de incentivo à eficiência energética que funcionem”.

A “Estratégia Energética para salvar rios” fundamenta-se, assim, em “grandes princípios”. O investigador começa por alertar para a necessidade de “estarmos dispostos a querer menos”, indicando que o caminho passa por uma mudança de comportamentos. No entanto, passa também pelos meios financeiros realizados através do sistema fiscal. João Joanaz indica que deve ser feita uma “reforma fiscal verde” em que se “altere a forma como os impostos funcionam” e, ao mesmo tempo, fazer com que “as famílias não fiquem prejudicadas”. Virando-se para o setor energético, o docente defende que é preciso olhar para as medidas implementadas, tendo em vista a “eficiência energética”, para além da “aposta nas energias renováveis a um custo eficaz” e na constante “procura de melhores soluções”. João Joanaz não deixa de fora nestes princípios “os governos, as autarquias, as universidades e as organizações não governamentais”. Para o investigador, eles também são responsáveis nesta estratégia que pretende “partir para soluções práticas e medidas concretas” que vão “servir de recomendações para este governo e para o próximo”. Para o investigador, é importante perceber “como é que, na prática, podemos promover a transição energética”.

Questionado sobre o cenário de Portugal face aos resultados aqui apresentados, João Joanaz é perentório: o país está em “alerta”, apesar de haver “coisas bem feitas”, o que demonstra que “podem ser melhores”. No entanto, há ainda “maus exemplos” em que “somos todos responsáveis”: os efeitos das alterações climáticas “estão a sentir-se” e a situação “vai agravar-se”. Para João Joanaz, o caminho passa por “fazer parte das responsabilidades mundiais para mitigar os efeitos”, perceber que a situação atual é apenas uma “ponta do icebergue” e que é necessário “poluir menos”. Este problema é “de todos” e não apenas do governo. “Temos de ter essa

consciência”, sublinha. Além disso, a alteração da situação nacional está também dependente da forma como “esta mensagem está a chegar ao indivíduo”. Para o docente, é fundamental “juntar o entusiasmo que existe ao conhecimento. Tem que se juntar esses esforços”, sustenta.

Algumas das conclusões preliminares do estudo apontam para uma “elevada dependência do sistema energético português em combustíveis fósseis”, que pode variar entre os 75 e os 80% dos consumos, sendo que existe um “excesso de capacidade instalada na rede elétrica”, excesso esse que foi criado “com base em previsões de crescimento ilimitado”. Além disso, existem “políticas energéticas viradas para a gestão da oferta de energia” e uma “ausência de uma estratégia integrada para a mobilidade”. Ainda assim, existe um “potencial economicamente interessante de poupança de energia, através de medidas de eficiência energética, que atinge os 25-30%, em todos os setores de atividade”.

O estudo propõe algumas medidas transversais a todos para minorar os impactos destas ações como a “criação de uma taxa de carbono que reflita os custos ambientais da poluição e cujas receitas devem ser aplicadas em medidas de eficiência energética”. No entanto, propõe também a “redução de outra carga fiscal, de forma a que o efeito social e económico seja positivo”.